

## CONSELHO ESCOLAR: AS RELAÇÕES DE PODER NO PROCESSO DECISÓRIO

**Pauleany Simões de Moraes – PPGed-UFRN**

[pauleany@ig.com.br](mailto:pauleany@ig.com.br)

**Magna França – PPGed-UFRN**

[magna@ufrnet.br](mailto:magna@ufrnet.br)

**Resumo:** O presente trabalho discutiu a organização do Conselho Escolar tendo como eixo as relações de poder que influenciam o processo de tomada de decisão na gestão da escola. A formação do Conselho Escolar pode estar subsidiada por relações de forças silenciosas ou mesmo manipulação ideológica, que caracterizam a atuação dos sujeitos no processo decisório da gestão na escola. Percebe-se que o poder institui-se entre os sujeitos em suas relações cotidianas e podem ser propagadas de acordo com manipulação dos instrumentos simbólicos, no caso dos Conselhos Escolares, nos processos decisórios que caracterizam a gestão da escola.

**Palavras-chave:** poder; conselho; gestão democrática.

### INTRODUÇÃO

Este texto tem como objetivo analisar a organização e o funcionamento do Conselho Escolar, compreendendo as relações de poder que perpassam a gestão da escola configurada no contexto da política educacional brasileira. Desse modo, o texto evidencia a temática do poder considerando o processo de decisão que pode efetivar-se por meio da manipulação ideológica ou mesmo pelo uso de instrumentos simbólicos, que subsidiam a atuação dos sujeitos.

Por conseqüência, têm-se a intencionalidade de perceber as contribuições de Bourdieu (2007) e Foucault (1984) sobre as nuances do poder, suas formas de institucionalização e de diferenciações, destacando suas aproximações e distanciamentos, pois permite uma visão ampla da concretização das ações eminentes do poder instituído pelos sujeitos ou organizações. Contudo, defende-se neste trabalho a efetivação do poder em seu sentido duplo, tanto eminente dos representantes estatais como dos representantes da comunidade escolar, dentro de um sistema relacional mais amplo, tidas na compreensão de Bourdieu e Foucault por meio dos instrumentos simbólicos ou mesmo propagação molecular com disseminação na sociedade.

#### 1. Considerações sobre o poder: entre Bourdieu e Foucault

Dentro da discussão sobre o poder podemos evidenciar a relevância dos sistemas simbólicos na configuração de seu exercício. Bourdieu (2007) trata da concretização do poder

simbólico no meio social, desenvolvendo estudos sobre seus instrumentos de conhecimento e de comunicação no processo de efetivação. Essa efetivação dependerá reciprocamente da relação que haverá entre os que exercem o poder e os que lhe serão submissos ao seu exercício. Para Bourdieu (2007, p. 9) “O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) [...]. O autor (2007) trata dos discursos universos simbólicos que constitui a lógica do poder em diferentes formas de produção seja por meio do conhecimento, comunicação, ou mesmo instrumentos de dominação dentre outros.

Para a compreensão do sistema simbólico pode-se inferir que os símbolos são instrumentos da integração social (como estruturas estruturantes e estruturas estruturadas) quando os considera como instrumentos de conhecimento e de comunicação, pois possibilitam a formação de *consensus* para o atendimento do mundo social, contribuindo para a perpetuação da reprodução da ordem social. Ao entender as produções simbólicas como instrumentos de dominação pode-se dizer que se realiza por meio da disseminação de ideologias que se apresentam como produto coletivo, apropriado aos anseios sociais, no entanto, limitam-se a interesses particulares apresentados como interesses da sociedade, melhor dizendo, interesses comuns a um determinado grupo social. Desse modo, Bourdieu (2007, p. 10-11) esclarece que:

Este efeito ideológico, produ-lo a cultura dominante dissimulando a função de divisão na função de comunicação: a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante.

Para o entendimento do efeito ideológico é necessária a existência de universos nos quais as estruturas objetivas sejam capazes de se reproduzirem nas estruturas mentais (subjetivas). Bourdieu (2004) ressalta a estruturação das mentalidades, ou seu processo de construção, implica reconhecer a presença de luta nos campos de poder. Faz-se necessário, nesse momento, reverenciar a construção da noção de campo, que embasa a concretização das trocas simbólicas no exercício do poder. Bourdieu (2004, p. 99) afirma que:

[...] à medida que se constitui um campo intelectual e artístico (e ao mesmo tempo, o corpo de agentes correspondentes, seja o intelectual em posição ao

letrado, seja o artista em oposição ao artesão), definindo-se em oposição ao campo econômico, ao campo político ao campo religioso, vale dizer, em relação a todas as instâncias com pretensões a legislar na esfera cultural em nome de um poder ou de uma autoridade que não seja propriamente cultural, as funções que cabem aos diferentes grupos de intelectuais ou de artistas, em função da posição que ocupam no sistema relativamente autônomo das relações de produção intelectual ou artística, tendem cada vez mais a se tornar o princípio unificador e gerador (e, portanto, explicativo) dos diferentes sistemas de tomada de posição culturais e, também, o princípio de sua transformação no curso do tempo.

Pode-se dizer que o sistema de produção de um determinado campo simbólico depende de suas possibilidades de trocas simbólicas, que se encontram relacionadas com o sistema de relação objetiva de diferentes instâncias determinadas pela função que cumprem na divisão do trabalho de produção, de reprodução e de propagação de bens simbólicos. Nessa perspectiva, as diversas representações de classes estão envolvidas numa luta simbólica para conferir por meio da imposição a definição do mundo social em consonância com seus interesses, formando um campo das posições sociais. Para Bourdieu (2004) a definição de campo se caracteriza pela formação de um campo de forças impostos aos agentes que nele se coloca e um campo de lutas, no qual esses agentes lutam por mecanismos e fins distintos de acordo com sua posição na estrutura desse campo. O campo pode ser definido como uma estrutura de relações sociais, num espaço socialmente delimitado, cujas delimitações podem ser determinadas por cada situação social, econômica e política definem as trocas simbólicas. No contexto social percebe-se que essa integração fictícia representa, portanto, a desmobilização de determinado grupo dominado o que promove a fortificação da cultura dominante, resultando na integração real cada vez mais intensa de sua classe. Na reprodução social do poder se faz necessário considerá-lo como sistema relacional. Definindo que o poder é um sistema relacional Bourdieu (2007. p. 14) esclarece que:

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário.

Dessa forma, Bourdieu (2007) reconhece que a definição do poder simbólico não se constitui apenas por meio de *sistemas simbólicos*, mas que se corporifica em uma relação

específica, e por meio desta, entre os que exercem o poder e os que lhe estão submissos, melhor dizendo, “na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença” (BOURDIEU, 2007, p. 14-15). No entanto, o que sobressai na relação é o recurso do poder, ou seja, o instrumento simbólico. Assim, o poder se manifesta por meio de sistema simbólico – arte, religião e língua consideradas como estruturas estruturantes. O poder simbólico se materializa nas relações sociais sendo definida na esfera de poder, isto é, no contexto e nas condições que foram produzidas e propagadas.

Bourdieu (2007) ainda define a relação entre poder simbólico e representação política ao elaborar o conceito de *operação de crédito* em que um grupo credita confiança no seu representante, o qual tem poder em relação ao grupo, de acordo com a fé que o grupo materializa nessa representação. A partir dessas considerações, o representante passa a ser um porta-voz, sendo dotado de pleno poder de falar e de agir em nome do grupo que representa, pela magia da palavra de ordem. A representação política relaciona-se diretamente com o poder, pois ao mesmo tempo em que um político exerce poder sobre as pessoas ele necessita delas para existir. Na tentativa de entender a representação política Bourdieu (2007, p. 158) afirma que o representante “recebe o direito de se assumir pelo grupo, de falar e de agir como se fosse o grupo feito homem”. Melhor dizendo, o homem é substituto do grupo, tendo a palavra de ordem como sua procuração que, somente por meio dela, existe em determinado campo. Bourdieu (2007, p. 188) amplia o conceito de poder simbólico, relacionando-o ao de representação política para ele: “[...] o poder simbólico é um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita [...], que ele lhe confia pondo nele a sua confiança”.

Bourdieu (2007) caracteriza seu trabalho como um "Estruturalismo Construtivista", expressando a articulação dialética entre objetivismo (estruturas sociais) e subjetivismo (estruturas mentais). Assim, a denominação "Estruturalismo" representa as estruturas objetivas que existem no mundo social independentemente da consciência e da vontade dos agentes, as quais orientam suas práticas e representações; enquanto a denominação "Construtivista" compreende a construção social dos esquemas de percepção, pensamento e ação (ou *habitus*) e dos campos sociais (BOURDIEU, 2007). Para o autor (2007, p. 61) compreender que:

[...] o *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um *haver*, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista) o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase

postural –, mas sim o de um agente de acção: tratava-se de chamar a atenção para o <<primado da razão prática>> [...].

É relevante perceber que essas ações ocorrem num campo estruturado objetivamente, com suas peculiaridades próprias e instituições e que os agentes agem em consonância com seu *habitus*, alcançado ao longo de sua vida e por meio das possibilidades de socialização efetivadas pela organização e pelo meio social em que integram. No intuito de entender a gênese social do campo Bourdieu (2007, p. 69) explica que:

Compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo e linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, *tornar necessário*, subtrair ao absurdo do arbitrário e o não-motivados actos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir.

Deve-se observar que, apesar da presença das estruturas objetivas e subjetivas que funcionam no sentido de perpetuar a dominação dentro do campo de poder, no nível das relações sociais (BOURDIEU, 2007), existe também a possibilidade de resistência por parte dos agentes que relativizar sua submissão e possibilita a liberdade de ação para esses agentes dentro do campo, mediante o desenvolvimento de estratégias que lhes permitam transitar e se inserir, mais ou menos favoravelmente, dentro desse campo específico (FOUCAULT, 1984).

Analisando o poder em sua estreita relação com a verdade, Foucault (1984) o caracteriza não apenas como repressivo, mas também como disciplinador e normatizador, fruto de uma rede de relações de poderes moleculares que se propaga na sociedade. Os aspectos fundamentais do poder estão presos aos rituais das novas práticas sociais e aos procedimentos detalhados das instituições sociais e políticas. Com esse entendimento Foucault (1984, p. 14) diz que: “A verdade está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apóiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem. ‘Regime’ da verdade”. Os aspectos essenciais do poder estão presos aos rituais das novas práticas sociais e aos procedimentos minuciosos das instituições sociais e políticas que produzem esse regime de verdade.

Foucault (1984, p. 191) critica a compreensão do poder enquanto *corpus* puramente repressor, considerando que “o uso da noção de repressão como carro-chefe da crítica política

fica viciado, prejudicando de antemão pela referência – jurídica e disciplinar – à soberania e à normalização”. Em suas análises Foucault (1984) procurou superar a noção de repressão (baseada na teoria marxista) e ampliar a noção de poder como um mecanismo fruto das relações de forças silenciosas. Para ele o poder não está reduzido aos meios repressivos. Desse modo, o poder impede o devir, ele também é uma possibilidade de criar novos devires, por meio dos movimentos de resistência que lhe são próprios.

O poder só se constitui ou se materializa em relações sociais determinadas por crenças que são originadas das relações de força entre os sujeitos, considerando primordialmente as condições para sua produção. Foucault (1984) ainda critica a idéia de que o conhecimento é poder, afirmando que o conhecimento só servirá para o poder, se o sujeito recebê-lo e souber utilizá-lo para intervir nas relações sociais. Significa assegurar que o poder acontece não apenas em ambientes em que as relações de poder estão mais evidentes, como é o caso do Estado, e sim nas relações diárias entre os indivíduos, que são movidos por relações de forças silenciosas. Tal aproximação reflexiva nos leva a compreender que as concepções individuais e a vida social são construídas a partir das relações entre os sujeitos, que podem ser propagadas, formando e determinando as práticas sociais e individuais de outros. Ao exercer poder o sujeito não precisa apenas possuir determinados recursos, mas saber utilizá-los, orientando-os de acordo com seus interesses, estímulos ou motivações. Foucault vê o poder como instância criadora em constante processo de regulamentação das ações impetradas pelos sujeitos.

Ressalta-se que para Foucault (1995) o exercício do poder como uma forma de ação sobre as ações dos outros inclui um elemento importante: a liberdade. Melhor dizendo, efetivado pelos indivíduos livres. Uma vez livres, não há relação de poder em que as determinações estão saturadas, como na escravidão, referentes a uma relação física de coação e não de uma relação de poder. A liberdade emerge, portanto, como condição de existência da relação de poder, e não como contraditória a ela. De um modo geral, o poder como sistema relacional institui sua efetivação seja por meio de instrumentos simbólicos ou fruto das relações de forças silenciosas que propugnam as ações dos sujeitos.

## **2. As relações de poder e a organização do Conselho Escolar**

De um modo geral, os conselhos<sup>1</sup> foram instituídos para democratizar as relações, envolvendo diversos setores da sociedade no processo de decisão no interior da esfera pública.

Tais órgãos colegiados integram a estrutura organizativa da educação – pais de alunos, professores, diretores, integrantes de sindicatos e de outras entidades representativas – por meio do Conselho Municipal de Educação, Conselho de Escola, Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), dentre outros. De acordo com Gohn (2001, p. 100) é preciso ressaltar a importância dos conselhos na área da educação, pois:

Na educação, o princípio da democracia participativa tem orientado, [...] a criação de uma série de estruturas participativas, em que se destacam diferentes tipos de conselhos (nacionais, estaduais e municipais). Esses órgãos têm ganho, crescentemente, grande importância, porque a transferência e o recebimento dos recursos financeiros pelos municípios, estão vinculados, por lei federal, à existência desses conselhos.

Reconhecendo a relevância da dimensão conceitual sobre o poder, se faz necessário analisá-lo como um sistema que, muitas vezes, orienta e determina as relações no interior de instituições colegiadas como é o caso dos Conselhos Escolares<sup>2</sup>. O poder, sendo relacional, apresenta-se nas relações do cotidiano, particularmente, nas ações que orientam os Conselhos. É lícito lembrar que o poder dos sujeitos, em intervir no processo de tomada de decisão no interior dessas instituições colegiadas políticas, pode melhorar ou mesmo definir a vida em coletividade.

As instituições colegiadas têm o poder de orientar e definir ações que interferem na vida coletiva da realidade escolar, pois, esses órgãos estão inseridos nas estruturas administrativas do Estado. Ainda, representam uma oportunidade de envolvimento da sociedade civil nos rumos da coletividade, o que proporciona um momento de aprendizagem social que permite conhecer as ações da gestão pública em questões que organizam a vida da coletividade. As escolas, por mecanismos próprios, devem conduzir o princípio participativo na realização de suas ações. Em consequência, Guitiérrez; Catani (2001, p. 69) analisam a gestão participativa nas instituições educativas:

[...] quando falamos em gestão participativa no âmbito da escola pública estamos nos referindo a uma relação entre desiguais onde vamos encontrar uma escola sabidamente desapealhada do ponto de vista do setor financeiro para enfrentar crescentes desafios que se apresentam e, também, uma comunidade

não muito preparada para a prática da gestão participativa da escola, assim como do próprio exercício da cidadania em sua expressão mais prosaica.

Nesse sentido, existem recursos que podem determinar as decisões nos órgãos colegiados, destacando-se o domínio da fala e a argumentação oral que estão, proporcionalmente, relacionados ao grau de politização e à escolaridade dos sujeitos envolvidos. Daí a necessidade de analisar as relações de poder que conduzem à tomada de decisões as quais, muitas vezes, determinam as ações dos órgãos colegiados. Werle (2003) ao estudar as ações dos Conselhos no âmbito educacional, particularmente os Conselhos de Escola, faz reflexões relevantes sobre o papel e a posição privilegiada (devido ao domínio de determinados conhecimentos) que geralmente alguns representantes da comunidade escolar exercem nesses órgãos colegiados. Werle (2003, p. 74) esclarece que:

[...] um representante do corpo docente, que também desempenha a função de vice-diretor ou supervisor na escola, poderá utilizar-se dos saberes decorrentes desta posição, como recurso de poder, na medida em que utilizar informações por ele obtidas em decorrência de sua função no contexto convencional. O nível de escolarização e os conhecimentos oriundos da atividade profissional dos representantes dos segmentos de pais, de professores, de funcionários e do próprio diretor são, também, fatores de poder destes segmentos, no contexto das reuniões do Conselho.

Como afirma Bourdieu (2007) o que sobressai na relação entre os representantes é o instrumento simbólico do poder, que se materializa por meio da linguagem, a qual pode ser aperfeiçoada por meio do acesso a uma sistematização de determinados conhecimentos assimilados, talvez por experiências vividas ou educação formal de qualidade. Nesse caso, a linguagem passa a ser um recurso utilizado para atender a interesses particulares, bem como modificar o comportamento de outros em favor de intentos de poucos. Conforme aponta Werle (2003, p. 74):

[...] o poder das pessoas está em converter sua habilidade verbal, suas qualidades físicas, seu carisma, seus diferentes recursos e fatores em captadores e modeladores dos comportamentos intencionados. Da mesma forma, o poder dos grupos está em utilizar a coordenação, o acesso às informações, a coesão própria na relação com os demais.



Percebemos ainda que o poder, segundo as concepções de Werle (2003) retrata as reflexões de Foucault (1984) quando este assegura que o conhecimento só será útil se o sujeito possuir uma habilidade pessoal de convertê-lo ao seu favor, modificando as relações sociais do grupo ao qual pertence. As relações de forças silenciosas empreendidas no Conselho nos permitem reconhecer a maneira como determinados sujeitos “lançam mão” de conhecimentos adquiridos devido à sua posição privilegiada, por essa razão, estes conhecimentos são mais sistematizados, principalmente, no que se refere à gestão da escola, podendo convencer os demais envolvidos.

As decisões passam a serem definidas por poucos, uma vez que, as pessoas que não têm acesso a determinadas informações apenas as legitimam, tendo um restrito poder de participação, pois se tornam meros expectadores das argumentações dos *bens dotados* – sujeitos responsáveis pela gestão da escola. Para Werle (2003) essas situações ocorrem, porque as concepções de poder predefinidas pelos participantes definem as próprias relações de poder. “Em outras palavras, o que se pensa, imagina-se ou comenta-se do poder constitui um recurso do poder efetivo” (WERLE, 2003, p. 75). A autora (2003, p. 75) descreve, ainda, as formas que tais relações podem se apresentar no âmbito escolar.

[...] em escolas cujos professores, Direção e pessoal técnico-administrativo demonstram descrença a respeito das possibilidades participativas na escola pública; consideram as ações da Secretaria de Educação por demais autoritárias e centralizadas e, a partir delas, justificam sua imobilidade política; ou instalam o Conselho Escolar só porque a Lei assim o determina, este colegiado funciona, efetivamente, com marcantes características não-participativas.

Tal concepção prejudica a atuação e o envolvimento de todos os membros da comunidade escolar que poderiam levar inúmeras contribuições para o processo de tomada de decisão em questões primordiais para melhorar as dimensões administrativas, financeiras e pedagógicas da escola. Ao considerar que determinados órgãos públicos têm uma postura autoritária, não podemos acreditar que perdemos o direito de lutar e questionar tais instituições políticas públicas, e, deixar de defender o direito à educação pública de qualidade, prescrita na Constituição de 1988. Nesse contexto, o poder dos representantes da comunidade escolar torna-se inerte, dependente das decisões de poucos, sempre à espera de pessoas que sejam capacitadas ou tenham

o poder de ordem (como por exemplo, a Secretaria de Educação ou outro órgão estatal)<sup>3</sup> para resolver os problemas que poderiam ser solucionados com ações dos membros da própria comunidade escolar. Apesar de sabermos que, às vezes, existem alguns problemas como a falta de recursos financeiros que depende, diretamente, de decisões políticas mais amplas as quais não podem ser definidas pelos envolvidos da escola.

Na verdade o sucesso do processo de tomada de decisão depende do nível de conscientização política dos envolvidos ao compreenderem seu poder de atuação em questões que dizem respeito ao coletivo, no caso, a comunidade escolar com um todo, e desse modo intervindo inclusive na vida dos que participaram das decisões. No que concerne ao exercício do poder, os sujeitos que geralmente possuem maior habilidade de orientar as decisões, controlam tanto as propostas sugeridas como as decisões tomadas, definindo as práticas e as ações políticas no interior da escola ao considerá-la um corpo organizativo.

De acordo com essa perspectiva, pode-se dizer que os representantes que ocupam cargos supostamente mais privilegiados na escola podem utilizar a estratégia da persuasão e impor sua concepção para orientar as decisões como lhes for mais conveniente, podendo não considerar os anseios da comunidade escolar. A partir de tal estratégia os sujeitos que, na maioria das vezes, não questionam as decisões definidas pelos tidos como “privilegiados”, não o fazem, pois de certa forma já prevêm as possíveis reações que poderão comprometer sua vida social e profissional na escola. Diante disso, alguns sujeitos deixam de intervir ou indicar determinadas propostas, por temor às pressões internas que podem restringir cada vez mais sua atuação na escola.

Uma reflexão sobre o poder de decisão de membros dos órgãos colegiados refere-se a forças silenciosas que orientam relações desiguais, em que alguns sabem utilizar melhor que outros os recursos disponíveis. Existe a possibilidade de alguns indivíduos da escola terem uma maior habilidade ou competência de construção da realidade com formulação de propostas e manipulação de alternativas, possibilita a eles o poder de orientar o debate político, o que representa uma estratégia política de poder que promove a desmobilização dos demais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De um modo geral, percebe-se a dimensão política realizar-se-á, de fato, se todos os componentes da comunidade escolar forem capazes de ter voz e vez nas decisões, no sentido de construir uma escola mais autônoma e democrática, sem que as relações de poder sejam tão desiguais, reprimindo o envolvimento de alguns membros que poderiam oferecer relevantes contribuições. A escola necessita ser *locus* de decisões políticas que possam efetivamente contribuir para uma educação voltada, de forma mais efetiva à construção social da cidadania. Percebe-se nas concepções de Bourdieu (2007) e Foucault (1984) aproximações quando consideram o poder enquanto sistema relacional que possui meios sejam simbólicos ou mesmo propagação molecular que se dissemina na sociedade. Apesar de Foucault (1984) procurar compreender o poder do ponto de vista dos seus efeitos, sem que possua uma base política, econômica e social.

Pode-se reconhecer uma intersecção entre a proposta de Bourdieu e a de Foucault. As formas de institucionalização (aparelhos tradicionais, arcabouços jurídicos, fenômenos de hábito, estruturas hierárquicas, dentre outros) e os sistemas de diferenciação (diferenças jurídicas, tradicionais, econômicas, de efetivação nos processos de produção, lingüísticas, culturais, de habilidade ou nas competências, dentre outros) apontados por Foucault (1995) como elementos de análise das relações de poder consistem, essencialmente, nos arcabouços do campo de poder evidenciadas por Bourdieu (2004), como os ritos, a cultura, as instituições, os tipos de capital, o discurso, as práticas sociais e a língua.

No estudo dos autores procurou-se evidenciar as possibilidades de apreensão da discussão sobre o poder, compreendendo suas nuances no interior de um sistema social. De modo geral, o poder caracteriza-se pela concretização de um sistema relacional que se evidencia por meio da instrumentalização de símbolos, pois possui um efeito ideológico, associando interesses particulares como coletivos. A relação recíproca entre os autores na discussão conceitual sobre o poder, põe-se uma diversidade de possibilidades de configurar o poder na gestão da escola. Sabendo que essa gestão é subsidiada por políticas públicas na área educação. Por consequência, percebe-se que a manipulação ideológica pode ser utilizada como instrumento de dominação na efetivação de determinados interesses particulares.

---

<sup>1</sup> No Brasil, o processo de democratização, desencadeado na década de 1980, propiciou a luta pela volta à participação (decidir sobre os rumos da vida em coletividade) – sufocada – na sociedade civil. Articulam-se, nesse período, os movimentos sociais em torno de associações e do movimento sindical, de partidos políticos, dentre

---

outros. Nessa conjuntura, a Constituição Federal de 1988 prescreve a criação de Conselhos Gestores, sendo estes considerados como instrumentos mediadores na relação entre Estado e sociedade. Para Gohn (2001, p. 84), “Os conselhos gestores são importantes porque são fruto de lutas e demandas populares e de pressões da sociedade civil pela redemocratização do país”.

<sup>2</sup> Os Conselhos Escolares estão estabelecidos com maior ênfase na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) em seu **art. 14**. “Os Sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares equivalentes” (BRASIL, 1996).

<sup>3</sup> Dentre as instituições políticas normativas e deliberativas destacam-se o Conselho Nacional de Educação criado pela Lei nº. 9.131/95, Conselho Estadual de Educação, Conselho Municipal de Educação que prescrevem normas a serem seguidas, no entanto, não anulam o poder de decisão da comunidade escolar em âmbito local.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

\_\_\_\_\_. **A economia das trocas simbólicas**. Introdução, organização e seleção Sergio Miceli. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, M. A. Apêndice: o sujeito e o poder. In: DREYFUS, L.; RABINOW, P. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica (para além do Estruturalismo e da Hermenêutica)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 229-250.

GUTIÉRREZ, Gustavo Luis; CATANI, Afrânio Mendes. Participação e gestão escolar: conceitos e potencialidades. In: FERREIRA, Naura S. Carapeto (Org.). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2001.

WERLE, Flávia O. Corrêa. **Conselhos escolares: implicações na gestão da Escola Básica**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.